



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de dezembro de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE
ALFÂNDEGA DA FÉ

RELATÓRIO ANUAL DO AUDITOR EXTERNO

Ex.^{mos} Deputados da Assembleia Municipal do Município de Alfândega da Fé

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Ex.^{mos} Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Alfândega da Fé

Ex.^{mos} Senhores

Introdução

1. O presente relatório é emitido nos termos da alínea d), do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro e subsidiariamente pelos deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e ainda dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante da Lei n.º 140/2015 de Setembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal desse Município e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respectiva certificação legal das contas, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Trabalhos Efetuados

De entre outros, executámos os seguintes procedimentos:

- Acompanhamento dos aspectos essenciais da gestão do Município, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável pela contabilidade da Câmara Municipal e também com o responsável da área administrativa e financeira, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pelo Município tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo.



- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respectivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e seu anexo e a Demonstração de Resultados por Funções, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis.
- Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Verificação do cumprimento da Lei dos Compromissos e da manutenção das condições de equilíbrio financeiro;
- Análise do sistema de controlo interno existente no Município, com especial incidência nas áreas de aquisições de bens e serviços, recepção de compras, aquisições e abates de imobilizado, contas a pagar, cauções e garantias prestadas por terceiros, vendas e prestações de serviços (cobrança de taxas e licenças), expedição e contas a receber, contas de custos com o pessoal tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos.

- 2.1- Análise e teste à tesouraria e aos saldos bancários apresentados pelo Município;
- 2.2- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, fornecedores, outros devedores e credores, contencioso, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pelo Município, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
- 2.3- Teste as operações de inventariação física das existências;
- 2.4- Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efetuadas no decurso do exercício, confirmação directa da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de amortizações;



- 2.5- Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- 2.6- Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- 2.7- Verificação das situações relacionadas com o cumprimento da legalidade e da entrega das retenções de impostos e contribuições às Entidades competentes;
- 2.8- Apreciação da política de seguros do imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros;
- 2.9- Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de empreitadas e fornecimentos de bens e serviços.

Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

- 3. Em consequência do trabalho efetuado, e para além dos aspectos referidos na certificação legal das contas, entendemos dever relatar o seguinte:

3.1 Sistema de controlo interno

- Do acompanhamento que fizemos quanto à evolução do sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações, algumas delas já referidas em relatórios de acompanhamento de anos anteriores:

- a) Nos procedimentos de reconciliação bancária detetámos a existência de itens de reconciliação pendentes há mais de um ano. Tal facto deverá merecer uma atenção especial, já que nada justifica que se mantenha por um período tão dilatado de tempo a realização de um qualquer recebimento ou pagamento suportado adequadamente para o efeito;
- b) Em relação às existências (stocks) chamamos atenção para o facto de nos procedimentos de contagem, os quais são feitos por amostragem ao longo do exercício, os desvios apurados nessas contagens deverem ser regularizados à medida que são apurados e não apenas no final do exercício. Tal procedimento pode ter implicações no rigor dos inventários, provocando distorções, para além de também não acautelar uma informação rigorosa e tempestiva;
- c) Neste exercício foi transferido para bens de domínio público a Barragem da Camba, havendo, no entanto, outros bens que podem estar em situação semelhante e que devem ser relevados como Bens de domínio público. Por tal facto, e para o efeito, foi nomeada uma comissão de avaliação para suprir essas possíveis falhas;



- d) Relativamente ao imobilizado é de referir que o setor do património já fez o levantamento de algumas obras que não se encontravam inventariadas, o que vem permitir melhorar a informação sobre as operações subjacentes a esses bens objeto de inventariação;
- e) Relativamente às contribuições da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, chamamos a atenção para o facto de o registo das contribuições a cargo da entidade ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, tais valores só aparecem relevados na conta 245 – XXXX no mês de pagamento;
- f) Por questões de controlo e sobretudo para melhorar a eficácia da informação, a conta de juros suportados deveria estar desdobrada por empréstimo. Tal situação facultaria o controlo dos juros relativos a cada linha de crédito;
- g) Da análise documental efectuada, detetámos algumas faturas onde não foram cumpridas as fases da realização da despesa (cabimento e compromisso); e
- h) Relativamente ao IVA, o Município não está a proceder à facturação dos autoconsumos de água e, concomitantemente, à liquidação do correspondente IVA. Todavia, o Município já procedeu à instalação de contadores e já se verifica a medição dos autoconsumos de água por parte dos cobradores. De acordo com as indagações efectuadas, essa informação, ainda, não está a ser reportada à Divisão Financeira.

3.2 Definição da Materialidade

O nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco global de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global, ou seja, há áreas com menor risco de controlo do que outras. Tendo por base os valores retirados das Demonstrações Financeiras de 2015, incluído os mapas de execução orçamental da receita e da despesa, ajustámos a materialidade global em € 316.598 e a materialidade de execução de acordo com o peso específico de cada rubrica, ponderado pela percepção de risco de controlo e inerente em relação a cada uma das rubricas, o que nos permitiu apurar um valor médio de € 237.449.

	31-12-2015
Total do Activo Líquido	42 420 306
Fundos Próprios	13 435 973
Volume de Negócios	374 744
Receita Cobrada Bruta	20 755 801
Total de Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF - Mapa XIX OE 2016)	5 292 675

3.3 Notas sobre os trabalhos efetuados e respectivas conclusões

1 – Disponibilidades

11 – Caixa

Em relação à tesouraria foram feitos testes de verificação dos saldos das folhas do Caixa e não detetámos qualquer divergência entre os valores inscritos nos registos e os valores em cofre que, de resto, validámos através de procedimentos de análise feitos à data a que nos foi possível efectuar esses testes.

Esta rubrica apresenta, a 31 de Dezembro, um saldo no valor de € 998,00.

12 – Depósitos em Instituições Financeiras

O Município prepara reconciliações bancárias para todas as contas de Depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende a € 382.888,75.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem o Município tem operações activas. Das nove entidades circularizadas (C.G.D., Millennium BCP, Crédito Agrícola da Terra Quente, Crédito Agrícola do Douro e Côa, Crédito Agrícola Vale do Távora e Douro, Crédito Agrícola Terras de Miranda do Douro, Crédito Agrícola de Mogadouro e Vimioso e B.P.I.) obtivemos resposta da CGD, Crédito Agrícola Vale do Távora e Douro, Millennium BCP e BPI. O trabalho desenvolvido consistiu em testes de conformidade e de verificação substantiva das reconciliações bancárias preparadas pelo Município o que nos permitiu concluir que as 15 contas bancárias estão adequadamente conciliadas e, por conseguinte, com os saldos adequados.

Em síntese, temos:

Ind.	Conta de Razão N.º	Conta Bancária N.º	Banco Dependência	Saldo Extracto Banco	Itens de Reconciliação						Diferença	Saldo pelo Razão em 31-12-16
					Empresa				Banco			
					Depósitos e transferências em trânsito	Cheques em trânsito	Débito não lançado no Banco	Crédito não lançado no Banco	Débito não lançado na Contabil.	Crédito não lançado na Contabil.		
1	1211	000016630	CGD	214 175,99	0,00	929,59	0,00	9 717,40	915,72	4,92	0,00	204 439,80
2	1211	0005806430	CGD	89 419,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	89 419,24
3	1211	0007191530	CGD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4	1211	0009345530	CGD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	1211	0009716730	CGD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	1211	0009717530	CGD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	1211	0009854630	CGD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	1231	4225449	BCP	14 935,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14 935,13
9	1241	40052203217	CCAM	25 734,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25 734,15
10	1242	40237809541	CCAM	27 400,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,05	0,00	27 377,19
11	1243	40268060590	CCAM	3 453,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 453,73
12	1244	40268156152	CCAM	5 437,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 437,45
13	1245	40268124348	CCAM	5 670,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 670,45
14	1246	40268073616	CCAM	2 904,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 904,24
15	1251	98819186001	BPI	3 517,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 517,37
				392 647,99	0,00	929,59	0,00	9 717,40	915,72	27,97	0,00	382 888,75



Do teste realizado ao seguimento dos itens pendentes de reconciliação, chamamos atenção para a existência de itens pendentes na CGD – 16630 com uma antiguidade superior a 12 meses, nomeadamente, três cheques em trânsito no valor global de € 720,23.

2 – Terceiros

21 – Clientes, Contribuintes e Utentes

Não obstante os “clientes, contribuintes e utentes” apresentarem um saldo no valor de € 2.038.092,66, o facto de serem sujeitos individuais impossibilitou-nos de procedermos ao teste de circularização de saldos com a extensão necessária para a obtenção da evidência sobre o saldo em dívida.

No entanto, efetuámos os procedimentos de análise às contas correntes dos principais devedores de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Acresce que, da análise e avaliação que fizemos ao controlo interno à área dos clientes, ficámos com a convicção que os procedimentos de controlo nos permitem obter uma segurança razoável sobre os valores relevados nessas entidades.

Da análise efetuada verificámos que o saldo da rubrica “21 – clientes, contribuintes e utentes” é composto, essencialmente, pelas rubricas “212206 - outros impostos indiretos” (€ 244.347,03), “2123013 – ocupação da via pública” (€ 1.161.283,50) e “212302 – multas e outras penalidades” (€ 547.308,21).

Relativamente aos “outros impostos indiretos”, o saldo resulta da faturação efetuada pelo Município à empresa “Águas do Norte, S.A.” (antiga Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A), através da emissão da DRI 2109, relativa à taxa de ocupação do subsolo (taxa de ocupação dos Domínios Públicos e Privados do Município: infraestruturas de abastecimento de água). Todavia, como a empresa não procedeu ao respetivo pagamento, o Município interpôs um processo em Tribunal e a empresa apresentou reclamação alegando ilegalidade relativamente à cobrança dessa taxa. Note-se que o valor inicial era de € 476.328,98 tendo sido reduzido em 50% na Reunião de Câmara de 26 de Setembro de 2011.

Em relação à rubrica “ocupação da via pública”, verificámos que o saldo é composto, essencialmente, pelo registo da DRI 909 (2013), DRI 1149 (2014), DRI 866 (2015) e DRI 1465 (2016) emitidas à empresa “Águas do Norte, S.A.” referente à taxa de ocupação de subsolo.

Já no que se refere às “multas e outras penalidades”, verificámos que se trata de DRI’s emitidas, em 2013, às empresas “Jaime Nogueira & Filhos Lda.”, (€ 485.158,40) “ETE – Empresas de Telecomunicações e Eletricidade Lda.” (€ 51.489,24) e “José António Patrão, Lda.” (€ 10.644,52) referente a sanção contratual por cada dia de atraso na obra “infraestruturas para dinamizar Alfândega da Fé”. Relativamente à empresa Jaime Nogueira & Filhos, Lda. apurámos que a empresa se encontra em processo



especial de revitalização, com uma quebra de actividade assinalável o que poderá traduzir-se numa expectativa muito remota de o Município vir a ser ressarcido do valor em dívida.

Relativamente às taxas de ocupação do subsolo imputado às “Águas do Norte, S.A.” (antiga ATMAD) é de referir que os valores encontram-se em Tribunal e que em relação aos valores de € 244.340,90 e € 232.256,70 referente a 2011 e 2012, foi proferida uma sentença favorável à posição do Município por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela – Procuradoria da Republica. No entanto, a sociedade “Águas do Norte, S.A.” apresentou recurso, encontrando-se agora em fase de serem apresentadas as contra alegações por parte do Município. Em relação aos valores dos exercícios de 2013, 2014 e 2015, os processos foram impugnados e encontram-se ainda no Tribunal de 1.ª instância.

De notar que a rubrica “21.8 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa” apresenta um saldo no valor de € 22.558,56 referente a “clientes com cobranças em atraso”. De notar que, em novembro, foi reconhecido um perdão de dívida de água no valor global de € 40.011,77 referente ao período de outubro de 2010 a março de 2016, pelo facto de a dívida estar prescrita e de ser actualmente inexigível, nos termos da Lei 23/96, de 26/07 – *Lei dos Serviços Públicos Essenciais*, a qual estabelece como prazo de caducidade para a liquidação das dívidas, apenas, 6 (seis) meses.

22 - Fornecedores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 11 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 11 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, responderam 8. Dessas 8 entidades validámos a conferência de 3, conciliamos 5 e não obtivemos resposta de 3 entidades.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
22.1	45	EMPRESA ALFANDEGUENSE, LDA	0,00 €	-20 480,16 €	20 480,16 €	2	CONCILIADO
22.1	327	CARLOS AUGUSTO PINTO SANTOS & FILHOS, S.A.	0,00 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
22.1	1684	FERNANDO JOAQUIM VILARES	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
22.1	1948	CARVATAP - SERVICOS DE HIGIENE E LIMPEZA INDUSTRIAL, LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
22.1	3402	GASPE - COMBUSTIVEIS, LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5	NÃO RESPONDEU
22.1	3753	RESIDUOS DO NORDESTE-EMPRESA INTERMUNICIPAL	0,00 €	-16 231,76 €	16 231,76 €	2	CONCILIADO
22.1	3792	AUTO IMPERIAL DE BRAGANÇA, LDA	0,00 €	0,03 €	-0,03 €	2	CONCILIADO
22.1	4249	TRAZMUSICA ESPECTACULOS, LDA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5	NÃO RESPONDEU
22.1	4259	EDP COMERCIAL	0,00 €	-3 624,60 €	3 624,60 €	2	CONCILIADO
22.1	4562	DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1	CONFERE
22.1	4949	AGUAS DO NORTE, S.A.	0,00 €	-4 656,20 €	4 656,20 €	2	CONCILIADO



23 - Empréstimos obtidos

Em relação aos empréstimos obtidos verificámos que houve uma diminuição do saldo em dívida que passou de € 19.195.016,50 em 31 de dezembro de 2015 para € 18.619.262,44 em 31 de dezembro de 2016.

Procedemos à circularização de saldos das Instituições de Crédito com as quais o Município tem financiamentos em curso (C.G.D., B.P.I., Millenium B.C.P., Crédito Agrícola, Direcção Geral do Tesouro e Finanças e FAM), das quais obtivemos resposta do FAM, CA do Vale do Távora e Douro, BPI, Millennium BCP e CGD. Assim sendo, verificámos a concordância dos registos contabilísticos através da execução de testes de conformidade e a adequabilidade dos saldos através de testes substantivos, o que nos permitiu concluir que todas as linhas de crédito (empréstimos bancários de médio e longo prazo) têm a situação regularizada, ou seja, cumpridas tempestivamente as obrigações de liquidação do serviço da dívida (amortizações de capital e juros). No quadro seguinte apresenta-se o resultado do teste de verificação dos empréstimos em curso:

Descrição	Banco	Conta	Saldo em 31-12-2016	Resposta Banco MRC BdP	Difª.
EMP. BANC.	...	231112	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	BPI	2312131	321 501,28 €	321 501,28 €	0,00 €
EMP. BANC.	...	2312134	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	BCP	2312151	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	BCP	2312152	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM	2312162	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - TQ	2312163	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - TAV.	2312164	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - BRAG	2312165	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - DOURO	2312166	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - MIRANDA	2312167	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - MOGAD.	2312168	0,00 €	0,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - ALTO D.	2312169	6 877 972,63 €	6 877 972,63 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - ALTO D.	2312171	2 754 493,65 €	2 754 493,65 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - T.QUENTE	2312172	4 473 171,00 €	4 473 171,00 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - DOURO	2312173	906 227,44 €	906 227,44 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - MIRANDA	2312174	906 227,44 €	906 227,44 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - TAVORA	2312175	543 736,41 €	543 736,41 €	0,00 €
EMP. BANC.	CCAM - MOGAD.	2312176	453 113,73 €	453 113,73 €	0,00 €
PREDE	DGT	2312324	0,00 €	0,00 €	0,00 €
PAEL	DGT	2312325	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FAM	FAM - ATU	2312326	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FAM	FAM - ASSIST. FIN.	2312327	1 382 818,86 €	1 382 818,86 €	0,00 €
			18 619 262,44 €	18 619 262,44 €	0,00 €

A diminuição dos empréstimos bancários contribui para uma melhoria do excesso de endividamento em relação ao limite da dívida total, que, de acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2016 é de, € 10.229.950.

Nos termos do art.º 61 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, o Município, a 31 de dezembro de 2014, encontrava-se em situação de ruptura financeira, uma vez que a dívida total (€ 20.305.366) era superior em três vezes à média da receita corrente líquida cobrada (€ 5.496.106) nos últimos três anos.



Face ao exposto, o Município estava obrigado a aderir ao procedimento de recuperação financeira municipal e a recorrer ao Fundo de Apoio Municipal (FAM). Em conformidade com o disposto no art.º 24 da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, o Município apresentou, em março, a proposta do Plano de Ajustamento Municipal (PAM), através da renegociação do empréstimo de reequilíbrio financeiro contraído na CGD com a contratação de um novo empréstimo junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Terra Quente em consórcio com outras instituições congéneres (do grupo Crédito Agrícola), tendo o Município obtido visto prévio do Tribunal de Contas a 12 de dezembro de 2014, cuja operação foi enquadrada no Plano de Reestruturação de Dívida, tal como previsto no art.º 42 da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto. Assim, foi acordada a assistência financeira, através de empréstimo no montante de € 1.502.818,86 pelo prazo de vinte anos.

O Município encontra-se vinculado ao Programa de Ajustamento Municipal (PAM) desde 21 de março de 2016, após visto tácito do Tribunal de Contas, o qual incluiu, como já foi referido, a renegociação de toda a dívida de médio/longo prazo. O PAM tem como principal objectivo a redução do endividamento do Município até ao limite previsto no n.º 1 do art.º 52 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e para cumprimento desse objectivo foram definidas entre as partes medidas para o reequilíbrio orçamental com limites quantitativos trimestrais, com execução orçamental da receita e da despesa, assim, como medidas de consolidação orçamental.

Da análise ao mapa de controlo da dívida retirado da aplicação SIIAL (DGAL) verificámos que, à data de 31 de dezembro, o total da dívida do Município (excluindo dívida orçamental e FAM) situa-se em, aproximadamente, € 18.621.950, ou seja, apresenta um excesso de aproximadamente € 8.392.000. Por imposição legal, os Municípios que apresentam um excesso de endividamento devem em cada ano reduzir, pelo menos, 10% do endividamento em excesso, o que se verificou, tendo obtido uma redução efectiva de 10,03%.

24 - Estado

Esta rubrica inclui todas as relações financeiras que o Município tem com o Estado e Segurança Social, nomeadamente no que concerne a retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Segurança Social, ADSE, CGA).

Da análise efetuada a esta rubrica verificámos que os diversos tributos foram pagos pontualmente e dentro dos prazos estipulados na lei, assim como não detetámos nenhuma divergência entre o valor registado na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos.

Da análise aos diversos tributos verificámos que a rubrica “243 – IVA”, apresenta uma divergência no valor de € 21.318,38 entre o valor da Declaração Periódica de dezembro e o valor do balancete, sendo € 7.820,75 do saldo de abertura.



Relativamente às contribuições da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, chamamos a atenção para o facto de o registo das contribuições a cargo da entidade só ser efetuado aquando do pagamento, ou seja, tais valores não aparecem relevados na conta 245 – XXXX no mês de processamento. Estimamos que as contribuições a cargo da Entidade referente à Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações do mês de dezembro sejam de € 5.360,35 e € 23.358,13, respectivamente, de onde decorre uma subvalorização do passivo e uma sobrevalorização do resultado, nesses valores.

Relativamente ao IVA, anotamos o facto de não existir evidência sobre a medição dos autoconsumos de água e, concomitantemente, de o Município não estar a liquidar IVA, apesar de dispor de contadores de água e de estarem a ser efetuadas contagens. No entanto, como já referimos, essa informação ainda não está a ser reportada à divisão financeira.

25 – Devedores e Credores pela Execução do Orçamento

Em relação à conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, procedemos à verificação documental baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica 25.2 – Credores pela execução do orçamento. O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização, ao seu cabimento e compromisso.

Da análise documental efectuada verificámos existirem algumas faturas com data anterior ao cabimento e compromisso, nomeadamente custos no valor global de € 152.108,70, ou seja, houve incumprimento no que concerne às fases dos procedimentos da despesa. De acordo com as indagações efectuadas junto da Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, tal situação resulta de previsões erradas, uma vez que, por exemplo, as despesas com a Águas do Norte, S.A. e a Resíduos do Nordeste, EIM, foram superiores ao previsto no mês de Janeiro, o que se traduziu na realização de cabimentos à medida das necessidades e com as possibilidades do orçamento.

26 - Outros devedores e credores

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades inscritas na rubrica geral de “outros devedores e credores” seleccionámos 6 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas circulares e foi pedido a cada uma dessas entidades que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua



contabilidade. Dessas 6 entidades, não obstante terem sido feitas várias insistências para que nos fosse dada resposta e enviada a conta corrente, respondeu 1. Dessas 6 entidades conciliamos 1 e não obtivemos resposta de 5. Em relação às entidades de que não obtivemos resposta desenvolvemos procedimentos alternativos de auditoria para verificar a concordância dos valores constantes em cada conta corrente.

Quadro das entidades circularizadas

Nº Conta	Terceiro	Nome	Saldo Circ.	Resposta	Diferença	C.	Situação
26.8.1.2.6	0	Fundo de apoio municipal	-293 347,10 €	-327 064,57 €	33 717,47 €	2	CONCILIADO
26.8.8.9.1	327	Carlos Augusto Pinto Santos & Filhos, Sa	-22 161,26 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26.8.8.9.1	1915	ARMANDO MANUEL PIRES	-16 036,24 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26.8.8.9.1	3695	HIGINO PINHEIRO & IRMAO LDA.	-17 879,61 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26.8.8.9.1	4766	Floponor-florestas E Obras Publicas Do Norte S.a.	-11 033,49 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU
26.8.8.9.2	0	OUTROS DEVEDORES DIVERSOS-AGREGADO	87 285,93 €	0,00 €		5	NÃO RESPONDEU

27 - Acréscimos e Diferimentos

Em relação a esta rubrica, verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios (custos e proveitos), nomeadamente as suas estimativas e respectiva consistência. Dos testes realizados pela equipa de auditoria às contas de acréscimos e diferimentos não foram detetados erros ou omissões que ponham em causa o princípio da especialização e, concomitantemente, foi-nos possível obter a evidência necessária ao nível das asserções mensuração e existência.

Dos testes realizados, apurámos faturas datadas de 2015 registadas em 2016 (€ 42.857,25), bem como, faturas datadas de 2016 registadas em 2017 (€ 69.857,25). Tal facto, não se reflete de forma materialmente relevante na expressão do resultado do exercício, uma vez que os montantes em causa são equivalentes de um ano para o outro e têm sido reconhecidos na rubrica “59 - Resultados transitados”. Não obstante, recomendamos que se proceda à especialização dos mesmos, ou seja, em conformidade com a norma contabilística.

O quadro abaixo evidencia o saldo expresso nas diversas rubricas da conta de “acréscimos e diferimentos”, assim como a respetiva variação face ao período homólogo:

Rubrica	Descrição	31-12-2015	31-12-2016	Desvio €	Desvio %
27	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	-8 569 224,89	-8 370 365,33	198 859,56	-2,32%
271	Acréscimos de proveitos	62 394,61	74 421,62	12 027,01	19,28%
2719	Outros acréscimos de proveitos	62 394,61	74 421,62	12 027,01	19,28%
272	Custos deferidos	11 598,80	12 604,70	1 005,90	8,67%
2721	Seguros Diferidos	11 598,80	12 604,70	1 005,90	8,67%
273	Acréscimos de custo	-1 103 357,28	-369 277,69	734 079,59	-66,53%
2732	Renumerações a liquidar	-113 802,90	-258 803,60	-145 000,70	127,41%
2733	Juros a liquidar	-38 561,00	-43 349,29	-4 788,29	12,42%
2739	Outros acrescimos de custos	-950 993,38	-67 124,80	883 868,58	-92,94%
274	Proveitos diferidos	-7 539 861,02	-8 088 113,96	-548 252,94	7,27%
2745	Subsídios para investimentos	-7 479 492,62	-8 088 113,96	-608 621,34	8,14%
2749	Outros proveitos diferidos	-60 368,40	0,00	60 368,40	-100,00%



29 - Provisões

Solicitamos, através de carta-circular ao Advogado/Jurista do Município (teste de circularização de saldos) informação sobre a eventual existência de processos judiciais interpostos contra o Município, tendo obtido a respetiva resposta.

Em 31 de dezembro de 2016, esta rubrica apresentava um saldo no valor de € 274.322,75 referente a provisões para riscos e encargos (processos judiciais em curso), conforme estimativa efetuada pelo Gabinete Jurídico.

3 - Inventário/Existências

Em relação a esta rubrica, procedemos à comparação dos valores registados na contabilidade com o mapa gerado pela aplicação do aprovisionamento, designadamente, o mapa que nos fornece informação sobre as existências finais em armazém, por conta e por artigo, não tendo sido detectadas divergências materiais.

Relativamente a esta rubrica verificámos ainda os seguintes aspetos:

Verificamos a existência de materiais que vão diretamente do fornecedor para as obras executadas por administração directa, sem que haja um controlo rigoroso ao nível do aprovisionamento;;

- Verificamos a existência de determinados artigos com reduzida rotação de stock; e
- O mapa de aprovisionamento do material de secretaria apresenta artigos com quantidades negativas.

Apesar das situações referidas, dos testes efetuados a esta rubrica, que no Balanço apresenta um saldo de € 123.570,76, não detetámos distorções materialmente relevantes.

4 – Imobilizado

Esta rubrica apresenta, a 31 de dezembro de 2016, um saldo global no valor de € 62.591.552,25.

Em relação ao imobilizado verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correcções de imobilizado. Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como cumprida a asserção mensuração.

Da análise efectuada às diversas rubricas de Imobilizado, anotamos o seguinte:

- “Investimentos financeiros”, foi celebrado, a 23 de agosto de 2016, um contrato de compra e venda de acções da empresa Alfandegatur, que determinou a transmissão de 65% das acções para a sociedade “Empreiteiros Morais & Filhos, Lda.”, estando a alienação do remanescente (35%)



dependente da avaliação que será efectuada no prazo de um ano, a contar a partir da data da celebração do contrato, entre a empresa compradora e as entidades financeiras credoras;

- “Imobilizado em Curso”, as operações de transferência (diminuição) desta rubrica têm por base correcções/reclassificações na aplicação de Património e POCAL (bens de anos anteriores que ainda se encontravam em imobilizado em curso, quando já se encontram em pleno uso/funcionamento);
- “Bens de domínio público”, o aumento resulta, essencialmente, da afetação da Barragem da Camba tendo por base a reavaliação do valor patrimonial tributário efectuada pela Autoridade Tributária;
- Como já havíamos referido em exercícios anteriores, a valorimetria adotada para a generalidade dos ativos imobilizados é a do custo de aquisição. Porém, no que se refere aos bens produzidos (construídos) por administração directa, verificámos que neste exercício foi reconhecido o montante de € 84.443,02 na rubrica 75 – Trabalhos para a própria empresa, o qual resultou da informação retirada da aplicação “gestão de actividades”; e
- Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando o cruzamento entre a aplicação POCAL e aplicação Património. Dos testes efetuados não foram detectadas divergências materiais. Do teste realizado às taxas de amortização e, consequentemente, às amortizações do período não verificámos qualquer distorção.

Rubrica	Descrição	31-12-2015	31-12-2016	Desvio €	Desvio %
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	7 051 230,64	6 456 391,33	-594 839,31	-8,44%
411	Partes de capital	928 779,00	394 898,00	-533 881,00	-57,48%
412	Obrigações e títulos de participação	410 684,10	410 684,10	0,00	0,00%
414	Investimentos em imóveis	5 711 767,54	5 650 809,23	-60 958,31	-1,07%
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	20 039 182,59	18 553 576,92	-1 485 605,67	-7,41%
421	Terrenos e recursos naturais	1 420 395,27	1 370 429,39	-49 965,88	-3,52%
422	Edifícios e outras construções	15 554 818,99	14 328 725,29	-1 226 093,70	-7,88%
423	Equipamento básico	1 017 985,48	788 659,80	-229 325,68	-22,53%
424	Equipamento de transporte	865 287,50	884 633,57	19 346,07	2,24%
425	Ferramentas e utensílios	151 581,61	154 223,88	2 642,27	1,74%
426	Equipamento administrativo	440 433,41	436 774,66	-3 658,75	-0,83%
427	Taras e vasilhame	46 116,89	46 116,89	0,00	0,00%
429	Outras imobilizações corpóreas	542 563,44	544 013,44	1 450,00	0,27%
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	197 480,94	198 170,95	690,01	0,35%
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	13 530,00	13 530,00	0,00	0,00%
433	Propriedade industrial e outros direitos	167 971,91	168 661,92	690,01	0,41%
434	Licenças e Software Informático	13 397,78	13 397,78	0,00	0,00%
439	Outras	2 581,25	2 581,25	0,00	0,00%
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	0,00	22 953,85	22 953,85	
442	Imobil. em curso de imobilizações corpóreas	0,00	22 953,85	22 953,85	
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	20 861 973,97	46 880 247,60	26 018 273,63	124,72%
453	Outras construções e infraestruturas	4 716 802,76	4 751 625,28	34 822,52	0,74%
455	Bens do património histórico, artist. e cultural	668 767,78	668 767,78	0,00	0,00%
459	Outros bens de domínio público	15 476 403,43	41 459 854,54	25 983 451,11	167,89%
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	-8 546 814,30	-9 519 788,40	-972 974,10	11,38%

5 - Fundos Próprios

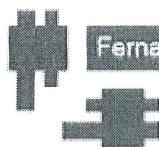
Em relação aos Fundos Próprios procedemos à análise e decomposição do saldo das diferentes rubricas, assim como verificámos a afetação dos resultados líquidos pelas rubricas de património, de reservas legais e de resultados transitados.

Quadro Variações em Fundos Próprios

Rubrica	Descrição	31-12-2015	31-12-2016	Desvio €	Desvio %
5	FUNDOS PROPRIOS	-13 063 529,78	-37 998 851,67	-24 935 321,89	190,88%
51	PATRIMÓNIO	-15 617 857,71	-41 665 249,21	-26 047 391,50	166,78%
57	RESERVAS	-1 113 467,32	-1 114 917,32	-1 450,00	0,13%
571	Reservas legais	-785 885,41	-785 885,41	0,00	0,00%
576	Doações	-327 581,91	-329 031,91	-1 450,00	0,44%
59	RESULTADOS TRANSITADOS	3 667 795,25	4 781 314,86	1 113 519,61	30,36%

Relativamente às rubricas desta classe anotamos as seguintes situações:

- A rubrica de 51 – Património, registou um aumento no valor de € 26.047.391,50, face a dezembro de 2015, derivado do registo da reavaliação do valor patrimonial tributável da Barragem da Camba e do registo do artigo 1992 (Penedras) por usucapião; e
- A rubrica “59 – Resultados Transitados” reflete a aplicação do resultado líquido do exercício de 2015, correções relativas a custos de exercícios anteriores, como por exemplo, a regularização do subsídio de férias vencido em 31 de dezembro de 2015, a regularização de IVA com base no levantamento efectuado pela empresa Deloitte e regularizações de subsídios para investimento. Chamamos a atenção para o elevado número de movimentos efectuados nesta rubrica, pelo que deverá merecer maior atenção o trabalho relacionado com as operações de fim de exercício para registar as operações sujeitas a “corte” (proveitos e custos) na rubrica “27 – acréscimos e diferimentos” para que os custos e proveitos sejam reconhecidos no ano a que respeitam, ou seja, cumprir com o princípio da especialização dos exercícios.



6 – Custos e proveitos

1. Conteúdo

Código das contas	Descrição	Saldo		Desvio €	Desvio %
		31-12-2015	31-12-2016		
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. CONSUMIDAS	128 650,79	189 073,94	60 423,15	46,97%
612	Mercadorias	33,81	796,11	762,30	2254,66%
616	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	128 616,98	188 277,83	59 660,85	46,39%
6161	Matérias-primas	32 716,34	63 945,72	31 229,38	95,45%
6162	Materias - subsidiárias	2 910,88	3 907,20	996,32	34,23%
6163	Materiais diversos	2 773,13	1 759,24	-1 013,89	-36,56%
6165	MATERIAL DIVERSO	90 216,63	118 665,67	28 449,04	31,53%
Sub-total (1)		128 650,79	189 073,94	60 423,15	46,97%
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2 051 771,31	1 778 241,18	-273 530,13	-13,33%
621	SUBCONTRATOS	880 753,46	613 246,56	-267 506,90	-30,37%
622	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1 170 457,22	1 162 646,66	-7 810,56	-0,67%
62211	ENERGIA	160 162,31	164 107,94	3 945,63	2,46%
62212	COMBUSTIVEIS	122 496,62	97 660,02	-24 836,60	-20,28%
62213	Água	12,73	90,72	77,99	612,65%
62214	ELETRICIDADE - JM	45,20	0,00	-45,20	-100,00%
62215	FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE DESGASTE RÁPIDO	17 641,10	990,80	-16 650,30	-94,38%
62216	LIVROS E DOC. TECNICA	399,86	0,00	-399,86	-100,00%
62217	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	7 485,85	1 216,53	-6 269,32	-83,75%
62218	ARTIGOS PARA OFERTA	12 932,93	4 994,47	-7 938,46	-61,38%
62219	Rendas e alugueres	13 833,59	3 028,04	-10 805,55	-78,11%
62221	DESPESES DE REPRESENTAÇÃO	8 611,45	8 449,61	-161,84	-1,88%
62222	COMUNICAÇÃO	30 241,61	28 318,58	-1 923,03	-6,36%
62223	SEGUROS	18 710,75	10 966,36	-7 744,39	-41,39%
62225	Transportes	3 028,65	3 096,57	67,92	2,24%
62226	TRANSPORTE DE PESSOAL	225,90	0,00	-225,90	-100,00%
62227	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	15 384,04	14 002,13	-1 381,91	-8,98%
62229	HONORARIOS	22 696,04	0,00	-22 696,04	-100,00%
62231	Contencioso e notariado	352,50	1 022,50	670,00	190,07%
62232	Conservação e reparação	81 763,56	105 221,01	23 457,45	28,69%
62233	Publicidade e propaganda	27 964,52	10 220,02	-17 744,50	-63,45%
62234	LIMPEZA, HIGIENE E CONFORTO	8 389,47	0,00	-8 389,47	-100,00%
62235	Vigilância e segurança	741,39	670,55	-70,84	-9,56%
62236	Trabalhos especializados	502 656,90	614 849,79	112 192,89	22,32%
62237	ALIMENTAÇÃO (REFEITÓRIOS)	22 298,25	16 113,99	-6 184,26	-27,73%
62238	ALIMENTAÇÃO (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	24 725,07	19 261,03	-5 464,04	-22,10%
62239	Seminários, Exposições e Similares	547,10	1 000,00	452,90	82,78%
62241	MATERIAL DE EDUCAÇÃO CULTURA E RECREIO	4 810,23	5 464,21	653,98	13,60%
62242	MATERIAL HONORIFICO E DE DECORACAO	125,00	470,48	345,48	276,38%
62243	ALIMENTAÇÃO ROUPAS E CALÇADO	11,60	0,00	-11,60	-100,00%
62244	MATERIAL DE TRANSPORTE	652,16	0,00	-652,16	-100,00%
62290	Encargos de cobrança	23 129,83	31 471,65	8 341,82	36,07%
62298	Outros fornecimentos e serviços	38 381,01	19 959,66	-18 421,35	-48,00%
623	Materiais diversos	548,63	2 347,96	1 799,33	327,97%
629	...	12,00	0,00	-12,00	-100,00%
Sub-total (2)		2 051 771,31	1 778 241,18	-273 530,13	-13,33%
63	TRANSFER. E SUBSIDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	652 926,01	642 594,28	-10 331,73	-1,58%
631	Transferências correntes concedidas	586 955,36	599 496,55	12 541,19	2,14%
6311	Administrações públicas	254 945,52	197 094,00	-57 851,52	-22,69%
6312	Administrações privadas	95 396,56	95 396,56	0,00	0,00%
6313	Famílias	11 490,64	2 570,75	-8 919,89	-77,63%
6314	Exterior	85,85	0,00	-85,85	-100,00%
6316	TRANSF. E SUBS. CORRENTES CONCEDIDOS	225 036,79	304 435,24	79 398,45	35,28%
632	Subsidios correntes concedidos	10 000,00	0,00	-10 000,00	-100,00%
6321	Empresas	10 000,00	0,00	-10 000,00	-100,00%
638	Outras	55 970,65	43 097,73	-12 872,92	-23,00%
Sub-total (3)		652 926,01	642 594,28	-10 331,73	-1,58%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	2 710 422,19	2 922 053,42	211 631,23	7,81%
641	Remunerações dos órgãos autárquicos	129 293,51	187 810,81	58 517,30	45,26%
642	Remunerações do pessoal	1 998 652,47	2 115 226,14	116 573,67	5,83%
643	Pensões	4 861,56	4 871,00	9,44	0,19%
645	Encargos sobre remunerações	444 085,23	477 543,88	33 458,65	7,53%
646	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	18 028,41	11 389,17	-6 639,24	-36,83%
648	Outros custos com pessoal	115 501,01	125 212,42	9 711,41	8,41%
Sub-total (4)		2 710 422,19	2 922 053,42	211 631,23	7,81%



Código das contas	Descrição	Saldo		Desvio €	Desvio %
		31-12-2015	31-12-2016		
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	439,00	2 483,00	2 044,00	465,60%
651	Impostos e taxas	397,00	2 483,00	2 086,00	525,44%
652	Quotizações	42,00	0,00	-42,00	-100,00%
Sub-total (5)		439,00	2 483,00	2 044,00	465,60%
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	1 284 200,08	1 347 342,45	63 142,37	4,92%
662	Imobilizações corpóreas	625 371,87	621 269,68	-4 102,19	-0,66%
663	Imobilizações incorpóreas	3 925,60	2 925,99	-999,61	-25,46%
665	Bens de domínio público	654 902,61	723 146,78	68 244,17	10,42%
Sub-total (6)		1 284 200,08	1 347 342,45	63 142,37	4,92%
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	24 530,96	0,00	-24 530,96	-100,00%
671	Para cobranças duvidosas	24 530,96	0,00	-24 530,96	-100,00%
Sub-total (7)		24 530,96	0,00	-24 530,96	-100,00%
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	792 609,43	452 525,47	-340 083,96	-42,91%
681	Juros suportados	748 399,76	433 818,61	-314 581,15	-42,03%
6811	Em moeda nacional	743 874,38	433 509,14	-310 365,24	-41,72%
68111	De curto prazo	1 177,34	537,50	-639,84	-54,35%
68112	De médio e longo prazo	742 697,04	432 971,64	-309 725,40	-41,70%
6812	OUTRO JUROS	4 525,38	309,47	-4 215,91	-93,16%
688	Outros custos e perdas financeiros	44 209,67	18 706,86	-25 502,81	-57,69%
6881	Serviços bancários	44 209,67	18 706,86	-25 502,81	-57,69%
Sub-total (8)		792 609,43	452 525,47	-340 083,96	-42,91%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	546 425,07	1 501 525,63	955 100,56	174,79%
691	Transferências de capital concedidas	475 558,96	173 525,31	-302 033,65	-63,51%
6911	Administrações Públicas	208 273,82	147 981,81	-60 292,01	-28,95%
6913	Famílias	15 174,00	25 543,50	10 369,50	68,34%
6915	Empresas	252 111,14	0,00	-252 111,14	-100,00%
692	Dívidas Incobráveis	0,00	14,84	14,84	
693	Perdas em Existências	0,00	15 099,65	15 099,65	
694	Perdas em imobilizações	56 197,50	1 251 540,68	1 195 343,18	2127,04%
695	Multas e penalidades	2 219,78	49 114,30	46 894,52	2112,58%
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	5 527,30	547,79	-4 979,51	-90,09%
698	Outros custos e perdas extraordinários	6 921,53	11 683,06	4 761,53	68,79%
Sub-total (9)		546 425,07	1 501 525,63	955 100,56	174,79%
TOTAL DA CLASSE CUSTOS		8 191 974,84	8 835 839,37	643 864,53	7,86%

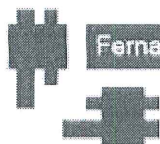
2. Trabalho Efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

3. Situações Detetadas

Dos testes realizados pela equipa de auditoria, no decorrer do exercício de 2016, às diferentes rubricas de custos não foram detectados erros ou distorções que possam influenciar de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras. Em resultado dos testes realizados entendemos nada haver a relatar, permitindo-nos concluir sobre a verificação das asserções existência e mensuração.

Em termos globais a rubrica de custos registou um acréscimo face ao período homólogo de 2015 no montante de € 643.864,53, o que corresponde a 7,86%.



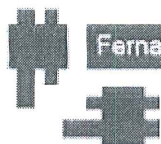
7 – Proveitos e Ganhos

1. Conteúdo

Código das contas	Descrição	Saldo		Desvio €	Desvio %
		31-12-2015	31-12-2016		
71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-374 744,29	-401 136,72	-26 392,43	7,04%
711	Vendas	-161 361,46	-200 461,20	-39 099,74	24,23%
7111	Mercadorias	-6 574,76	-43 500,00	-36 925,24	561,62%
7112	Produtos acabados e intermédios	-154 786,70	-156 961,20	-2 174,50	1,40%
712	Prestações de serviços	-213 382,83	-200 675,52	12 707,31	-5,96%
7121	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-213 382,83	-200 675,52	12 707,31	-5,96%
Sub-total (1)		-374 744,29	-401 136,72	-26 392,43	7,04%
72	IMPOSTOS E TAXAS	-1 189 976,97	-1 259 889,21	-69 912,24	5,88%
721	Impostos directos	-698 743,37	-756 787,98	-58 044,61	8,31%
722	Impostos indirectos	-10 242,86	-5 893,73	4 349,13	-42,46%
724	Taxas	-480 900,74	-497 150,20	-16 249,46	3,38%
725	Reembolsos e restituições	-90,00	-57,30	32,70	-36,33%
Sub-total (2)		-1 189 976,97	-1 259 889,21	-69 912,24	5,88%
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	-216,50	-88,27	128,23	-59,23%
736	BENS NAO DURADOUROS	-216,50	-88,27	128,23	-59,23%
Sub-total (3)		-216,50	-88,27	128,23	-59,23%
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	-5 999 236,70	-6 032 409,61	-33 172,91	0,55%
742	Transferências obtidas	-5 995 236,70	-6 032 409,61	-37 172,91	0,62%
7421	Administrações públicas	-5 524 763,32	-5 510 881,00	13 882,32	-0,25%
74211	Orçamento do Estado	-5 524 763,32	-5 510 881,00	13 882,32	-0,25%
7424	EXTERIOR	-421 059,14	-521 528,61	-100 469,47	23,86%
74242	FEDER	-237 685,40	-304 818,15	-67 132,75	28,24%
74244	INSTITUTO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	-116 495,41	-169 679,79	-53 184,38	45,65%
74249	MINISTERIOS	-66 878,33	-47 030,67	19 847,66	-29,68%
7425	Empresas	-49 414,24	0,00	49 414,24	-100,00%
743	Subsídios correntes obtidos	-4 000,00	0,00	4 000,00	-100,00%
Sub-total (4)		-5 999 236,70	-6 032 409,61	-33 172,91	0,55%
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	-188 832,42	-84 443,02	104 389,40	-55,28%
751	Investimentos financeiros	-601,16	0,00	601,16	-100,00%
752	Imobilizações corpóreas	-171 747,63	-45 693,30	126 054,33	-73,40%
753	Imobilizações incorpóreas	-8 331,94	0,00	8 331,94	-100,00%
754	Imobilizações em curso	-5 500,45	0,00	5 500,45	-100,00%
755	Bens de domínio público	-2 651,24	-38 749,72	-36 098,48	1361,57%
Sub-total (5)		-188 832,42	-84 443,02	104 389,40	-55,28%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-123 504,71	-127 392,93	-3 888,22	3,15%
781	Juros obtidos	0,00	-209,18	-209,18	
783	Rendimentos de imóveis	-123 504,71	-127 183,75	-3 679,04	2,98%
7832	Edifícios e outras construções	-40 314,47	-42 005,18	-1 690,71	4,19%
7833	Rendas de Concessao	-83 190,24	-85 178,57	-1 988,33	2,39%
Sub-total (6)		-123 504,71	-127 392,93	-3 888,22	3,15%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	-687 906,03	-542 728,02	145 178,01	-21,10%
794	Ganhos em imobilizações	-15 040,00	-112 970,10	-97 930,10	651,13%
795	Benefícios de penalidades contratuais	-5 132,39	-4 416,73	715,66	-13,94%
796	Reduções de amortizações e provisões	0,00	-12 412,03	-12 412,03	
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	-2 981,26	-445,39	2 535,87	-85,06%
798	Outros proveitos de ganhos extraordinários	-664 752,38	-412 483,77	252 268,61	-37,95%
Sub-total (7)		-687 906,03	-542 728,02	145 178,01	-21,10%
TOTAL DA CLASSE PROVEITOS		-8 564 417,62	-8 448 087,78	116 329,84	-1,36%

2. Trabalho efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.



3. Situações Detetadas

Dos testes realizados pela equipa de auditoria, no decorrer do exercício de 2016, às diferentes rubricas de proveitos não foram detectados erros ou distorções que possam influenciar de forma materialmente relevante as demonstrações financeiras. Em resultado dos testes realizados entendemos nada haver a relatar. Em suma, a equipa de auditoria conseguiu obter a evidência considerada necessária nas circunstâncias sobre as asserções existência e mensuração.

Em termos globais a rubrica de proveitos registou um decréscimo face ao período homólogo de 2015 no montante de € 116.329,84, ou seja, 1,36%.

3.4. Identificação de desvios entre os documentos do encerramento das contas

Relativamente a este ponto não detectamos qualquer tipo de desvio substancialmente relevante.

3.5. Acontecimentos Subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura.

3.6. Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros seguintes evidenciam o conteúdo dos agregados da receita e da despesa:

Análise da Execução da Despesa

DESPESA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	2 899 219,88	2 889 723,90	-9 495,98	-0,33%
02-Aquisição de bens e serviços	2 131 178,77	2 092 116,51	-39 062,26	-1,83%
03-Juros e outros encargos	447 857,04	447 857,04	0,00	0,00%
04-Transferencias correntes	691 309,84	688 809,67	-2 500,17	-0,36%
05--Subsidios	0,00	0,00	0,00	
06-Outras despesas correntes	71 747,29	71 747,25	-0,04	0,00%
	6 241 312,82	6 190 254,37	-51 058,45	-0,82%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	570 688,30	528 607,05	-42 081,25	-7,37%
08-Transferencias e capital	135 367,53	134 367,53	-1 000,00	-0,74%
09-Activos financeiros	223 369,00	223 369,00	0,00	0,00%
10-Amortização empréstimos	19 318 455,59	19 318 455,59	0,00	0,00%
11- Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	
	20 247 880,42	20 204 799,17	-43 081,25	-0,21%
Totais de Despesas	26 489 193,24	26 395 053,54	-94 139,70	-0,36%



Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes face ao orçado apresentam um desvio para menos € 51.058,45. A rubrica que maior peso teve na diminuição das despesas correntes foi a “02 – Aquisição de bens e serviços” com uma variação negativa de € 39.062,26 (1,83%).

Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição face ao orçado de € 43.081,25 (0,21%), tendo a rubrica “07 – Aquisições de bens de capital” apresentado uma variação para menos de € 42.081,25, sendo este o maior peso na diminuição global das despesas de capital.

Análise da Execução da Receita

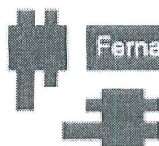
RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	variação	%
01- Impostos directos	658 372,83	747 094,40	88 721,57	13,48%
02- Impostos indirectos	10 392,23	5 686,50	-4 705,73	-45,28%
04- Taxas multa e penalidades	313 316,00	414 764,48	101 448,48	32,38%
05- Rendimentos propriedade	363 635,00	317 373,98	-46 261,02	-12,72%
06- Transferencias correntes	5 279 087,27	5 198 103,58	-80 983,69	-1,53%
07- Vendas de bens e serviços	275 119,00	297 242,24	22 123,24	8,04%
08- Outras receitas correntes	1 220,00	38 888,78	37 668,78	3087,60%
	6 901 142,33	7 019 153,96	118 011,63	1,71%
Capital				
09- Venda de bens de investimento	1 560,00	153 562,60	152 002,60	9743,76%
10- Transferencias de capital	843 599,38	576 290,94	-267 308,44	-31,69%
11- Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	
12- Passivos financeiros	18 742 701,53	18 742 701,53	0,00	0,00%
13- Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	
Receitas de capital	19 587 860,91	19 472 555,07	-115 305,84	-0,59%
15- Outras receitas	190,00	745,39	555,39	
	39 175 911,82	38 945 855,53	-230 056,29	-0,59%
16- saldo gerencia anterior	0,00	0,00		
	46 077 054,15	45 965 009,49	-112 044,66	-0,24%

Relativamente às receitas correntes verifica-se um aumento face ao orçamentado no valor de € 118.011,63 (1,71%). As rubricas que maior peso tiveram no acréscimo das receitas correntes foram “01 – Impostos directos” e “04 – Taxas, multas e penalidades” com variação de € 88.721,57 e € 101.448,48, respetivamente. Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo face ao orçado de € 115.305,84 (0,59%), tendo a rubrica “10 – Transferência de capital” diminuído € 267.308,44.

3.7. Análise à Execução Orçamental

À data de 31.12.2016 a execução orçamental correspondia aos seguintes valores:

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo Inicial	0,00	0,00	
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	
3 - Receita Corrente	6 901 142,33	7 019 153,96	101,71%
4 - Despesa Corrente	6 241 312,82	6 190 254,37	99,18%
5 - Receita de Capital	19 588 050,91	19 473 300,46	99,41%
6 - Despesa de Capital	20 247 880,42	20 204 799,17	99,79%
7 - Receita Total (1+2+3+5)	26 489 193,24	26 492 454,42	100,01%
8 - Depesa Total (4+6)	26 489 193,24	26 395 053,54	99,64%



Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 0,36%, pelo facto de ter sido alta a execução da despesa corrente e de capital, situando-se acima dos 99%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 99,83% da estimativa efetuada o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou próximo das projecções da despesa e da receita inscritas no orçamento de 2016.

De acordo com art.º 40.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, as receitas cobradas brutas devem ser pelo menos iguais à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo, cifrando-se, em 31 de dezembro de 2016, no montante de € 7.174.085,23. Face ao exposto, verificamos que o Município apresenta um desequilíbrio orçamental de € 154.931,27, face a esse critério.

3.8. Fundos Disponíveis

Da análise efetuada aos mapas de Fundos Disponíveis enviados para a DGAL através da plataforma do portal Autárquico – SIIAL, verificamos que o Município mantém uma situação estabilizada, uma vez que no mês de dezembro tinha como Fundos Disponíveis iniciais o montante de € 1.422.081,02, o que demonstra uma situação de equilíbrio. Dos testes realizados não detetámos a assunção de compromissos sem fundos disponíveis cumprindo o disposto na alínea f) do art.º 3º e art.º 5º da Lei 8/2012 de 21/2.

Mês	Dados Extraídos do SIIAL	Dados Extraídos do POCAL	Diferença SIIAL vs POCAL
Janeiro	1 745 359,46	1 745 359,46	-
Fevereiro	23 070,99	23 070,99	-
Março	202 672,64	202 672,64	-
Abril	613 465,35	613 465,35	-
Maio	18 115 459,09	18 115 459,09	-
Junho	16 872 667,53	16 872 667,53	-
Julho	9 863,68	9 863,68	-
Agosto	14 920,89	14 920,89	-
Setembro	246 754,13	246 754,13	-
Outubro	863 655,27	863 655,27	-
Novembro	602 643,41	602 643,41	-
Dezembro	1 422 081,02	1 422 081,02	-

3.9. E-fatura vs POCAL

Dos testes de correlação entre as declarações periódicas de IVA e a informação reportada via E-fatura para Autoridade Tributária, verificámos as diferenças mencionadas no quadro abaixo. Pese embora em termos de IVA liquidado as diferenças sejam de reduzido valor, sendo explicada pelas notas de crédito/débito e faturas com iva autoliquidação que não nos foi possível aferir no mapa do e-fatura, já em relação aos montantes faturados as diferenças são de elevado valor.

Sublinhamos que as declarações de IVA deverão ser preenchidas com toda a informação referente a todos os atos tributários (operações sujeitas, isentas ou não tributadas/excluídas da incidência).



24 - Estado

243 - Imposto sobre o Valor Acrescentado

Teste a correlação entre dados comunicados via Efatura vs Declarações periódicas de IVA

Dados E-fatura			Declaração Periódica de IVA			Desvio	
Período	Valor do IVA	Valor Total	Valor do IVA	Base	Valor Total	IVA	Valor Total
Janeiro	2 166,04	67 019,36	2 184,44	33 655,60	35 840,04	-18,40	31 179,32
Fevereiro	2 019,81	58 773,91	2 019,81	32 727,65	34 747,46	0,00	24 026,45
Março	2 159,73	311 387,09	2 161,20	2 393,04	4 554,24	-1,47	306 832,85
Abril	2 131,94	54 034,89	2 131,94	2 170,58	4 302,52	0,00	49 732,37
Maio	3 104,95	61 966,29	3 050,72	37 143,75	40 194,47	54,23	21 771,82
Junho	2 501,00	66 375,35	225,78	48 078,48	48 304,26	2 275,22	18 071,09
Julho	2 228,35	55 618,61	2 524,59	39 653,39	42 177,98	-296,24	13 440,63
Agosto	2 483,62	142 379,17	2 663,94	39 353,31	42 017,25	-180,32	100 361,92
Setembro	2 968,04	70 879,91	2 968,04	45 033,71	48 001,75	0,00	22 878,16
Outubro	2 471,72	61 376,18	2 471,72	38 878,95	41 350,67	0,00	20 025,51
Novembro	2 153,92	76 946,18	2 153,92	33 740,84	35 894,76	0,00	41 051,42
Dezembro	2 100,13	38 055,15	2 320,36	34 376,26	36 696,62	-220,23	1 358,53
TOTAL	28 489,25	1 064 812,09	26 876,46	387 205,56	414 082,02	1 612,79	650 730,07

3.10. Análise económico-financeira

No quadro abaixo é possível verificar a variação dos custos e dos proveitos no período de 2015/2016:

Rubrica	Descrição	31-12-2015	31-12-2016	Desvio €	Desvio %
71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	-374 744,29	-401 136,72	-26 392,43	7,04%
72	IMPOSTOS E TAXAS	-1 189 976,97	-1 259 889,21	-69 912,24	5,88%
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	-216,50	-88,27	128,23	-59,23%
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	-5 999 236,70	-6 032 409,61	-33 172,91	0,55%
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	-188 832,42	-84 443,02	104 389,40	-55,28%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	-123 504,71	-127 392,93	-3 888,22	3,15%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	-687 906,03	-542 728,02	145 178,01	-21,10%
Total dos Proveitos		-8 564 417,62	-8 448 087,78	116 329,84	-1,36%
61	CUSTOS DAS MERC. VENDIDAS E DAS MATER. C	128 650,79	189 073,94	60 423,15	46,97%
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EXTERNOS	2 051 771,31	1 778 241,18	-273 530,13	-13,33%
63	TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.	652 926,01	642 594,28	-10 331,73	-1,58%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	2 710 422,19	2 922 053,42	211 631,23	7,81%
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	439,00	2 483,00	2 044,00	465,60%
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	1 284 200,08	1 347 342,45	63 142,37	4,92%
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	24 530,96	0,00	-24 530,96	-100,00%
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	792 609,43	452 525,47	-340 083,96	-42,91%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	546 425,07	1 501 525,63	955 100,56	174,79%
Total dos Custos		8 191 974,84	8 835 839,37	643 864,53	7,86%
Total dos Proveito - Custos		372 442,78	-387 751,59	-760 194,37	-204,11%

Da análise ao quadro anterior ressaltam os seguintes aspectos:

- Em relação ao exercício de 2015, o Município registou uma diminuição de € 116.329,84 no total dos proveitos e um aumento de € 643.864,53 no total dos custos, o que se traduziu numa diminuição do resultado de exploração € 760.194,37;



- As rubricas de “Trabalhos para a própria entidade” e “Proveitos e ganhos extraordinários” apresentaram a maior variação no total dos proveitos, o que correspondeu a um decréscimo de € 104.389,40 e € 145.178,01, respectivamente;
- Relativamente aos custos, foram nas rubricas “62 – Fornecimentos e serviços externos” e “69 – Custos e perdas extraordinárias” onde se registaram as maiores decréscimos, com diminuições de € 273.530,13 e € 340.083,96, respectivamente. Inversamente, as rubricas “64 – Custos com o pessoal” e “Custos e Perdas Extraordinárias” registaram aumentos nos valores de € 211.631,23 e € 955.100,56.
- Em síntese, verificámos que o Município apresenta um desequilíbrio ao nível do seu desempenho económico, uma vez que houve um decréscimo dos proveitos (€ 116.329,84) e um aumento dos custos (€ 643.864,53), originando um resultado líquido do exercício negativo em € 387.751,19. Apesar de o cash-flow (meios libertos) ser positivo em € 959.590,86, o valor do resultado do período deve merecer a maior atenção para ajustar a estrutura de exploração com vista ao seu equilíbrio.

Conclusões

4. No decorrer do trabalho efetuado não detetámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, com exceção do já mencionado anteriormente, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao orçamento e plano aprovados pela Assembleia Municipal.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Município de Alfândega da Fé, tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual do Auditor Externo, apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade, para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da Câmara Municipal e designadamente do pessoal da Divisão Administrativa e Financeira.

Bragança, 11 de abril de 2017

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues, ROC n.º 1047
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda